



**Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?**

*School inclusion in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia: beyond documents?*

Eliane Mahl  
**Instituto Federal Baiano (IF Baiano)**  
Alagoinhas-Brasil

**Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre como tem sido abordada a perspectiva da inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) localizado no estado da Bahia. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram diários de campo e formulário virtual direcionado aos gestores de cada campus e, também foi analisada a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Os resultados apontaram que o IF Baiano tem procurado assumir a superação da lógica da exclusão por meio da criação de núcleos e serviços ofertados por profissionais que atuem diretamente com a diversidade, porém existe ainda um distanciamento entre o idealizado, sobretudo nas políticas e documentos, e o realizado nas práticas de atuação em cada campus, uma vez que permanecem *déficits* na efetivação da inclusão pautado na incorporação da acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, programática, comunicacional e atitudinal no cotidiano das práticas escolares.

**Palavras-chave:** IF Baiano; Inclusão Escolar; Análise Documental.

**Abstract**

The article aims to present an experience report on how the perspective of school inclusion has been approached at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IF Baiano) located in the state of Bahia. The instruments used for data collection were field diaries and a virtual form directed to the managers of each campus and the Diversity and Inclusion Policy of the IF Baiano was also analyzed. The results showed that the IF Baiano has sought to overcome the logic of exclusion through the creation of centers and services offered by professionals who work directly with diversity, but there is still a gap between the idealized, especially in policies and documents, and what was carried out in the performance practices on each campus, since deficits remain in the effectiveness of inclusion based on the incorporation of architectural, methodological, instrumental, programmatic, communicational and attitudinal accessibility in the daily life of school practices.

**Keywords:** IF Baiano; School inclusion; Document Analysis

## **Introdução**

O movimento de inclusão escolar, desencadeado sobretudo a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990) e da Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), tem proposto que todos, sem exceção, tem igualdade de direito ao acesso, permanência e oportunidades à educação escolarizada, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino<sup>1</sup>.

A inclusão escolar, deste modo, seria compreendida como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de preconceito e discriminação, mas sim de igualdade de direitos (BRASIL, 2008). Neste prisma, “o conceito de inclusão no âmbito específico da educação, implica, antes de qualquer coisa, rejeitar o princípio da exclusão, tanto presencial quanto acadêmica, de qualquer aluno do ambiente escolar” (RODRIGUES, 2006, p. 301).

Estas conjecturas têm angariado simpatia no contexto nacional e internacional, uma vez que não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados universalmente. Poucas pessoas seriam capazes de colocar em dúvida a validade destas aspirações. No entanto, é preciso entender que inclusão é um processo composto por um conjunto de medidas políticas, socioeconômicas, teóricas e práticas, realizadas de maneira contínua, prolongada e operacionalizada. Ferreira (2018) corrobora ao relatar que inclusão não se trata de uma questão puramente teórica, uma vez que se encontra atrelado às práticas cotidianas realizadas nos mais variados contextos escolares e não escolares. Afinal,

a qualidade de ensino exige, no mínimo, estratégias pedagógicas que atendam às necessidades e às capacidades de todos sem discriminações ou exclusões, considerando que uma escola para alguns não pode ser caracterizada como uma instituição qualificada do ponto de vista pedagógico. Implica mais tempo de planejamento e trabalho conjunto, em equipe, uma intervenção organizada, intencional, voltada à aprendizagem de todos os envolvidos (FERREIRA, 2018, p. 02).

Nesse sentido, incluir todos os estudantes, e não apenas os com deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA)<sup>2</sup> e altas habilidades/superdotação<sup>3</sup>, requer um (re)pensar sobre concepções de ensino e de aprendizagem, as quais refletem diretamente nas práticas das instituições de ensino, exigindo revisões e modificações que abrangem as dimensões físicas, curriculares e atitudinais que permeiam o ambiente e/ou cultura escolar.

Não basta que todos os estudantes tenham oportunidade de acesso e façam a matrícula nas instituições escolares. Para além disso, é necessário garantir a permanência e a aprendizagem dos conteúdos curriculares ofertados no espaço escolar, ou seja, “o direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola” (GADOTTI, 2009, p. 52).

Todavia, há de considerar que a perspectiva de incluir a todos apresenta-se como tema complexo, principalmente no avançar das etapas de ensino da Educação Básica para a Superior, quando há cobrança cada vez maior da aprendizagem de conteúdos específicos dos componentes curriculares, maiormente no Ensino Médio e na Educação Superior, etapa e nível em que os estudantes são “cobrados e preparados”<sup>4</sup> para escolher um campo de atuação, uma profissão com formação.

Como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de Ensino Médio e Superior que tem por foco a Educação Profissional e Tecnológica, apresentar-se-á um relato de experiência de cunho qualitativo por meio de análise documental, sobre como tem sido abordada a perspectiva da inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) localizado no estado da Bahia, no qual a autora atua como professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O principal documento analisado foi a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano (2012) e os dados foram coletados por meio do preenchimento de um formulário virtual com perguntas fechadas direcionado aos gestores de cada campus do IF Baiano. Destaca-se que em função do não preenchimento do formulário por parte de alguns gestores dos campi, os dados foram coletados via ligações telefônicas. Os dados apresentados sobre relatos de estudantes e seus responsáveis legais, professores e outros profissionais foram registrados em um diário de campo. A coleta de dados ocorreu de julho de 2018 a outubro de 2022.

### **Inclusão no IF Baiano: para além dos documentos?**

O IF Baiano é uma instituição de Ensino Médio e Superior que tem por foco a Educação Profissional e Tecnológica. Os egressos do Ensino Fundamental, Médio ou Superior têm a possibilidade de estudar no Instituto por meio de cursos técnicos integrados, subsequentes (presenciais e de Educação à Distância - EaD), Programas de Educação de Jovens e Adultos

*Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

(Proeja), cursos de graduação e pós-graduação ou ainda realizar cursos de formação continuada por meio de Programas de Extensão (IF BAIANO, 2022a).

O IF Baiano agrega as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC - EMARC) presentes na Bahia. Atualmente, possui 14 campi localizados nos municípios de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique (IF BAIANO, 2022a).

Na perspectiva do movimento de inclusão, o IF Baiano, por meio da Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano (2012), tem como “esteio a consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direito à igualdade de oportunidades” (IF BAIANO, 2012, p. 06). Para isso, assegura a implantação em cada campus de vários núcleos, dentre eles: o Núcleo de Estudo Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS), Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais (NECT), Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIMU), Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas (NAMES) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Estes núcleos são de natureza propositiva, consultiva e deliberativa (IF BAIANO, 2012)<sup>5</sup>.

O NEABI é voltado para o fomento de espaços de conhecimento, reconhecimento, interação e vivência na diversidade cultural das questões étnico-raciais e desenvolvimento de ações de valorização das identidades afro-brasileira e indígena. O NEDS é responsável por organizar atividades de pesquisa e extensão, com o objetivo de elucidar dúvidas e combater o preconceito no ambiente escolar relacionados às questões de gênero e sexualidade. O NECT tem como meta o estudo e a pesquisa das comunidades ou povos tradicionais, a exemplo das comunidades ciganas, marisqueiras, quilombolas, de forma a assumir a educação pública e de qualidade. O NEIMU tem por objetivo desenvolver ações formativas e investigativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que visem à promoção da mulher, principalmente das que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica (IF BAIANO, 2012).

Após análises e diálogos entre os representantes de cada campus do IF Baiano foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (GENI). O GENI reúne o NEDS e o NEIMU e tem por objetivo implementar políticas de educação, fomentando a

transversalidade do ensino, pesquisa e extensão, incluindo ações de formação continuada e capacitação da comunidade acadêmica, bem como, problematizar, subsidiar a discussão e criar estratégias de atuação para a prevenção e combate às diferentes formas de violência de gênero e sexualidade (IF BAIANO, 2022b).

O NAMES tem como finalidade possibilitar a ressocialização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por meio da oferta de cursos que propiciem a continuidade dos estudos e/ou profissionalização destes (IF BAIANO, 2012). O NAPNE é incumbido de assessorar nas questões relativas à inclusão ao promover ações que possibilitem aos estudantes com necessidades específicas<sup>6</sup> o acesso, a permanência e a conclusão com êxito nos cursos realizados na instituição, bem como participar da Comissão de Acessibilidade Local, propondo e acompanhando ações de acessibilidade, inclusive orientando a Comissão de Fiscalização de Obras ao cumprimento da legislação e normas técnicas vigentes (NAPNE, 2019).

Convém ressaltar que também existe no IF Baiano o Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando (NUAPE), o Núcleo de Atendimento Psicossocial (NAPSI) e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)<sup>7</sup>, mas estes não constam ainda na Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, pois ela foi elaborada no ano de 2012 e passa por reformulação desde 2020, inclusive para a inserção destes núcleos e do AEE.

O NUAPE tem como missão desenvolver atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional dos cursos, orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de ensino e do processo de aprendizagem dos estudantes em consonância com a proposta pedagógica de cada campus, viabilizando espaços para discussões e análises sobre a prática pedagógica docente, a construção do conhecimento e a formação dos estudantes como sujeitos críticos e reflexivos para atuação no mundo do trabalho. Tem como objetivo, realizar atendimentos aos docentes, aos estudantes do campus, a seus pais e responsáveis visando um estreitamento dos vínculos entre a instituição e a família, conexão indispensável para impulsionar as atividades de ensino e aprendizagem (IF BAIANO, 2022c).

O NAPSI tem por intuito identificar as dificuldades de natureza cognitiva e psicossocial que podem refletir direta ou indiretamente no desempenho acadêmico dos estudantes, promovendo o atendimento individual ou coletivo destes estudantes, a partir de demandas

*Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

espontâneas dos próprios estudantes ou encaminhamentos de professores, colegas e responsáveis legais. Este Núcleo também promove ações de prevenção relativas a comportamentos e situações de risco com os estudantes e fomenta diálogos temáticos com os familiares dos estudantes garantindo a sua participação na vida acadêmica e na democratização das decisões institucionais (IF BAIANO, 2022d).

O AEE é um dos serviços da Educação Especial e procura acompanhar e orientar os estudantes com necessidades específicas<sup>8</sup>, individual ou coletivamente, em atividades nas SRM, nas salas de aula e no Ensino Colaborativo<sup>9</sup> com os professores dos componentes curriculares dos cursos, de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino do IF Baiano, de forma a contribuir com a apropriação do conhecimento pelo estudante, e também orientar os professores dos componentes curriculares quanto à seleção, adaptação e utilização dos serviços recursos, materiais e estratégias pedagógicas, participando do planejamento e avaliação das aulas e atividades (AEE, 2019).

Atualmente, os seguintes núcleos e serviços são ofertados nos *campi* do IF Baiano: Alagoinhas (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Bom Jesus da Lapa (NAPNE, NEABI, NUAPE, NAPSI e AEE), Catu (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Governador Mangabeira (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Guanambi (NAPNE, NEABI, NAPSI e AEE), Itaberaba (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Itapetinga (NAPNE, NEABI, NUAPE, NAPSI e AEE), Santa Inês (NAPNE, NEABI, GENI, NAPSI e AEE), Senhor do Bonfim (NAPNE, NEABI, NUAPE e AEE), Serrinha (NAPNE, NEABI, NUAPE, NAPSI e AEE), Teixeira de Freitas (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Uruçuca (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Valença (NAPNE, NEABI, GENI, NUAPE, NAPSI e AEE), Xique-Xique (NAPNE, NEABI, NUAPE, NAPSI e AEE):

O que se observa é que dos 14 *campi* do IF Baiano todos têm efetivado a oferta do NAPNE, NEABI e do AEE. Já do NUAPE e NAPSI em 12, GENI em 8. Por meio destes núcleos e serviços busca-se proporcionar o acesso, permanência e oportunidades à educação escolarizada para todos os estudantes no IF Baiano, principalmente para os estudantes com necessidades específicas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de risco. Acredita-se que os demais núcleos estão ainda em fase de estruturação para implantação ou seus objetivos foram incorporados em ações e práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Para além da oferta dos núcleos e serviços, é importante destacar que essas iniciativas são evidenciadas ao constar em seu quadro de servidores, profissionais que atuam

diretamente com estudantes que apresentam deficiências como preconiza a legislação vigente: professores de AEE, tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), professores de Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) para estudantes surdos, transcritores e revisores de texto braile para estudantes cegos. Além disso, conta com profissionais das áreas de Assistência Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia, Nutrição e Técnicos em Assuntos Educacionais, os quais além de atuarem na área que lhes é de atribuição também compõem os núcleos supracitados, conforme seus objetivos basilares.

Entretanto, não é porque existem estes profissionais que a inclusão de fato acontece. A efetivação dos processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar são muito mais abrangentes e esbarram em muitas questões que extrapolam a existência de profissionais e de documentos norteadores na busca de ações/práticas inclusivas do IF Baiano aqui apresentados e, logicamente, dos documentos nacionais e internacionais. O que se tem observado é que o processo de inclusão dos estudantes, com e sem necessidades específicas, está atrelado a questões e/ou barreiras que abrangem diversas dimensões que permeiam o espaço escolar do IF Baiano e de qualquer outra instituição, independentemente dos níveis, etapas e modalidades de ensino, tais como:

- Arquitetônica: barreiras físicas e ambientais nos espaços públicos e privados, nas edificações e nos equipamentos urbanos;
- Metodológica ou pedagógica: barreiras nas metodologias ou práticas pedagógicas de ensino utilizadas pelos professores;
- Instrumental: barreiras para a utilização de utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo e em atividades profissionais, de recreação e lazer;
- Programática: barreiras existentes em leis, portarias, decretos, regulamentos e normas que impedem o acesso à informação, conhecimento e aplicação de ações e políticas públicas;
- Comunicacional: barreiras existentes na comunicação interpessoal, comunicação escrita em livros, apostilas, jornais e revistas e comunicação virtual;
- Atitudinal: barreiras na percepção diante da diversidade, pensamentos e ações baseadas em preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações.

Todas essas dimensões estão atreladas e influenciam em diversos elementos como recursos financeiros, arquitetura, engenharia, transporte, currículo, materiais e instrumentos,

*Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

experiências, saberes e/ou conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores, formação de professores, profissionais com formação especializada, orientação pedagógica para os professores, atendimento pedagógico para o estudante, participação da família, apoio dos órgãos governamentais, quantidade de estudantes por turma, tipos de especificidades dos estudantes, parceria intersetoriais, dentre outras questões que coexistem, formando assim um *lócus* extremamente complexo que, está diretamente relacionado com o sucesso ou fracasso da educação para todos, ou seja, pautado no abordagem inclusiva (MAHL, 2016).

No IF Baiano é recorrente relatos dos professores de AEE, professores dos componentes curriculares, demais profissionais e dos próprios estudantes e seus responsáveis legais sobre:

- a falta de acessibilidade arquitetônica, limitando o acesso aos espaços destinados as aulas teóricas e práticas no próprio campus e em espaços que são realizadas as aulas técnicas e os estágios curriculares obrigatórios;

- carência de maior número de profissionais especializados para o atendimento das necessidades específicas dos estudantes com deficiências: tradutores e intérpretes de Libras e professores de Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) para estudantes surdos, transcritores e revisores de texto braile para estudantes cegos e surdocegos; guia-intérprete para estudantes surdocegos (não tem esse profissional no IF Baiano); professores de AEE em todos os campi; profissionais de apoio para atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e TEA; psicopedagogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas (não tem esses profissionais no IF Baiano);

- ausência de ambientes específicos para a SRM com equipamentos, mobiliários, materiais didáticos, de acessibilidade e pedagógicos para o atendimento das necessidades específicas dos estudantes, com atuação direta dos professores de AEE;

- insuficiência de cursos de formação em serviço para a atuação docente, uma vez que o IF Baiano oferece cursos para a educação profissional e tecnológica, não necessitando especificamente que os professores tenham formação pedagógica (licenciaturas);

- dificuldades para a efetivação do Ensino Colaborativo que consiste na parceria dialógica entre os professores dos diferentes componentes curriculares e os de AEE, na qual ambos dividem a responsabilidade de identificar, planejar, implementar e avaliar os serviços, recursos e estratégias pedagógicas utilizadas para atender e garantir a aprendizagem dos



estudantes com necessidades específicas. Esta dificuldade advém principalmente pela incompatibilidade de horários para os diálogos e, também envolvem sentimentos, comportamentos e valores diante das características, limitações ou facilidades decorrentes das necessidades específicas dos estudantes, as quais nem sempre são compreendidas e aceitas pelos professores;

- limitações na execução de adaptações curriculares de pequeno e grande porte<sup>10</sup>, pois as mesmas não são contempladas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do IF Baiano e, muitas vezes, inviabilizam o respeito às particularidades dos estudantes e o seu sucesso na aprendizagem dos conteúdos curriculares, como consta na legislação vigente;

- ausência de carga horária específica para os professores dos diferentes componentes curriculares planejarem, elaborarem, implementarem recursos e estratégias pedagógicas utilizadas para atender e garantir a aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas.

### **Considerações finais**

A educação escolarizada pautada no paradigma da inclusão “traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente” (CARVALHO, 2013, p. 65). De acordo com os dados aqui apresentados, o IF Baiano tem procurado assumir espaços como instituição de ensino na superação da lógica da exclusão por meio da criação de núcleos e serviços que atentem para a diversidade de origem física, sensorial, intelectual, mental, psíquica, atitudinal, comportamental, socioeconômica, de raça, etnia, gênero, sexualidade, crenças, dentre outras.

Todavia, existe ainda um distanciamento entre o idealizado, sobretudo nas políticas e documentos, e o realizado nas práticas de atuação em cada campus, pois existem *déficits* significativos e lacunas na compreensão do que é essencial para a efetivação da inclusão, sobretudo na incorporação efetiva das dimensões de acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, programática, comunicacional e atitudinal no cotidiano das práticas escolares.

Para isso, acredito que é imperativo maiores investimentos na compreensão do significado e sentido abrangente da inclusão por parte dos gestores do IF Baiano (reitoria e

*Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

campi), professores, profissionais, família, estudantes e demais envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que, como afirma Carvalho (2013), qualquer mensagem contém aspectos denotativos ou conotativos. Aspectos denotativos estão ligados ao significado (acepção) das palavras e conotativos às intenções (pontos de vista) subjetivas que lhe são atribuídas. Por essa razão, o que o receptor da mensagem entende a seu respeito, nem sempre corresponde ao aspecto denotativo que o emissor lhe imprimiu. Podem surgir, assim, interpretações inadequadas e que se cristalizam como verdades, caso não seja objeto de diálogos calcados na reflexão crítica, especialmente na efetivação das práticas do cotidiano das instituições escolares.

Paradoxalmente, entendemos que a inclusão escolar não implica em nenhuma ideia nova em especial, pois ela não teve início com Conferência de Jomtien (UNESCO, 1990) e com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), como se pressupõe. Na verdade, as sociedades humanas vêm-se tornando progressivamente inclusivas há séculos. O resultado disso é a universalização dos direitos do cidadão, com inúmeras conquistas por parte das minorias excluídas<sup>11</sup> em diferentes partes do mundo, e a Declaração de Salamanca apenas reforçou que o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os estudantes aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.

Finalizando, enquanto professora, observo que é no ambiente escolar que a diversidade de todos se coloca de forma mais evidente e mais intensa. É, sobretudo, na educação escolarizada que se manifesta a diversidade presente nas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, psíquicas, atitudinais, comportamentais e sociais que cada estudante apresenta. E a convivência entre estudantes de diferentes gêneros, idades, níveis de instrução, condições socioeconômicas e culturais, etnias, crenças, modos de aprender, de se comportar e daqueles que além disso apresentam necessidades específicas, acaba conspirando contra a realização dos objetivos da escola de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos os seus estudantes, uma vez que, pedagogicamente cada pessoa tem maneiras e tempos particulares de se apropriar dos conhecimentos transmitidos e pré-estipulados pela instituição escolar.

O que todos precisamos compreender é que não se pode difundir uma ideologia de inclusão, camuflando e mistificando a realidade supramencionada, já que se repete sistematicamente que na instituição escolar “todos somos iguais”<sup>12</sup>, que as oportunidades

são as mesmas para todos e o acesso à educação é garantido a todos. Estas afirmações envolvem intenções denotativas e conotativas que não representam o viés inclusivo. Os estudantes não são todos iguais e não vivenciam oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dos conteúdos curriculares da mesma maneira, sobretudo se apresentarem necessidades específicas.

Para que as dimensões de acessibilidade arquitetônica, metodológica, instrumental, programática, comunicacional e atitudinal sejam efetivadas no cotidiano das práticas escolares é preciso que aconteça no IF Baiano um esforço coletivo, não só dos pertencentes aos núcleos e serviços, mas também de todos os gestores, professores dos componentes curriculares, demais profissionais, estudantes, famílias ou responsáveis pelos estudantes e voluntários. “A reforma das instituições sociais não é só uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade” (UNESCO, 1994, p.05) e, quiçá assim, a inclusão no IF Baiano estará muito além do que consta em legislações e documentos.

## Referências

AEE. **Regimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Salvador/BA, 2019b. Disponível em: <<http://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Regulamento-do-Atendimento-Educacional-Especializado-no-%C3%A2mbito-do-IF-Baiano.pdf>>. Acesso em: 20 agos. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 agos. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEE, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 jul. de 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

*Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

DSM – V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM- 5**. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>> Acesso em: 18 agos. 2022.

FERREIRA, Rejane Gomes. Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica: vislumbrando desafios possíveis. **III Congresso Internacional de Educação Inclusiva e III Jornada Chilena e Brasileira de Educação Inclusiva e Direitos Humanos**. Campina Grande/PB. 2018. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA9\\_ID878\\_12082018120329.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA9_ID878_12082018120329.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4).

IF BAIANO. Resolução N° 12, de 09 de outubro de 2012. **Política da Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano**. Salvador/BA, 2012. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2013/06/Politica-da-Diversidade-e-Inclusao.pdf>>. Acesso em: 20 agos. 2022.

\_\_\_\_\_. **Quem somos?** Disponível em: <<http://ifbaiano.edu.br/portal/quem-somos/>>. Acesso em: 20 agos. 2022a.

\_\_\_\_\_. **Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/alagoinhas/nucleos-de-apoio/>> . Acesso em: 12 out. 2022b.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito**. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/xique-xique/nucleo-de-apoio-ao-processo-de-ensino-aprendizagem-permanencia-e-exito/>>. Acesso em: 12 out. 2022c.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial**. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/proap/>>. Acesso em: 12 out. 2022d.

MAHL, Eliane. **Programa de formação continuada para professores de Educação Física: possibilidades para a construção de saberes sobre a inclusão de alunos com deficiência**. São Carlos: UFSCar, 2016, 268p. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2016.

NAPNE. **Regimento do Núcleo de Atendimentos às Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Salvador/BA, 2019a. Disponível

em: < <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/xique-xique/files/2021/01/Resolucao-03-2019-Regimento-do-Napne-Ano-2019.pdf>>. Acesso em: 20 agos. 2022.

RODRIGUES, David. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidade especiais nas aulas de Educação Física In: RODRIGUES, David (Org). **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006. P. 63-69.

UNESCO. Ministério da Educação de Jomtien. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: UNESCO, 1990. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)>. Acesso em: 30 mai. 2022.

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área da necessidade educativas especiais**. Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> e <[https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara\\_o\\_de\\_Salamanca\\_15226886560741\\_7091.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara_o_de_Salamanca_15226886560741_7091.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2022.

## Notas

---

<sup>1</sup> Níveis de ensino: Educação Básica e Superior. Etapas de Ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio. Etapas de Ensino da Educação Superior: graduação e pós-graduação. Modalidades: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica, Educação Quilombola, Educação Indígena (BRASIL, 1996).

<sup>2</sup> O V Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM - V) alterou a terminologia Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) para Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nos documentos oficiais nacionais, em sua maioria, ainda consta a terminologia TGD (DSM - V, 2014).

<sup>3</sup> A Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) definiu qual seria o público-alvo da Educação Especial (PAEE) e, conseqüentemente, definiu quem seriam os estudantes considerados “de inclusão”. Esta Política incitou alterações na LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) por meio da Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013), definindo que os estudantes público-alvo da inclusão seriam “os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 15). Já os alunos que apresentam transtornos funcionais específicos não seriam considerados público-alvo da inclusão, porém, “a Educação Especial atuaria de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos” (BRASIL, 2008, p. 15).

<sup>4</sup> Grifo meu.

<sup>5</sup> Atualmente a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano de 2012 passa por revisão a partir de uma comissão composta por representações dos diferentes núcleos que a compõe.

<sup>6</sup> Considerar-se público-alvo do NAPNE as pessoas cujas necessidades específicas se originam em função das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção, transtorno de hiperatividade, transtorno de atenção e hiperatividade, dentre outros) e pessoas com mobilidade reduzida (NAPNE, 2019).

<sup>7</sup> As SRM são ambientes dotados de serviços multidisciplinares, equipamentos, mobiliários, materiais didáticos, de acessibilidade e pedagógicos e para a oferta do AEE, tais como: mesas, cadeiras, quadros, microcomputadores, monitores, notebooks, impressora, fones de ouvido e microfones, scanner,

## *Inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: para além dos documentos?*

materiais e jogos pedagógicos acessíveis, lupas manuais e eletrônicas, impressora e máquina Braille, reglete, punção, soroban, guia de assinatura, calculadora sonora, *hardwares* e *softwares*, colmeia, dentre outros (AEE, 2019).

<sup>8</sup> Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades/superdotação, transtornos funcionais específicos e mobilidade reduzida (AEE, 2019).

<sup>9</sup> O Ensino Colaborativo consiste na parceria dialógica entre os professores dos diferentes componentes curriculares e os professores de Educação Especial e/ou AEE, na qual todos dividem a responsabilidade de identificar, planejar, implementar e avaliar os serviços, recursos e estratégias pedagógicas utilizados para atender e garantir a aprendizagem dos estudantes PAEE (AEE, 2019).

<sup>10</sup> As adaptações curriculares de pequeno e grande porte podem ser realizadas nas seguintes categorias, conforme especificidade dos estudantes: conteúdos, objetivos, métodos de ensino e organização didática, processo de avaliação e temporalidade nos processos de ensino e de aprendizagem. Adaptações de pequeno porte são aquelas que em seu planejamento e implementação podem ser realizados pelos professores dos componentes curriculares e do AEE, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. Já as adaptações de grande porte exigem autorização e ação de instâncias superiores das áreas política, administrativa ou técnica (AEE, 2019).

<sup>11</sup> Teoricamente são excluídos os que não conseguem ingressar nas escolas e aqueles que, mesmo matriculados, não exercitam seus direitos de cidadania de apropriação e construção de conhecimentos” (CARVALHO, 2013, p. 70).

<sup>12</sup> Grifo meu.

### **Sobre a autora**

#### **Eliane Mahl**

Doutorado e mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); especialização em Educação Física; especialização em Educação Inclusiva; licenciatura e bacharelado em Educação Física; licenciatura em Pedagogia; técnico profissionalizante em Magistério. Professora do ensino básico, técnico e tecnológico em Atendimento Educacional Especializado (AEE), atual Coordenadora de Assuntos Educacionais Estudantis (CAE) e ex coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne – 2019 a 2022) do Instituto Federal Baiano, Campus Alagoinhas. Professora há 21 anos, com experiência na docência em todas as etapas da educação básica e superior, bem como em instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiências e transtorno do espectro autista. Responsável por ações envolvendo Tutoria por Pares, Ensino Colaborativo, Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), Adaptações Curriculares, Planejamento Educacional Individualizado (PEI). E-mail: eliane.mahl@ifbaiano.edu.br. Orcid: 0000-0003-1518-998

Recebido em: 25/10/2022

Aceito para publicação em: 21/01/2023